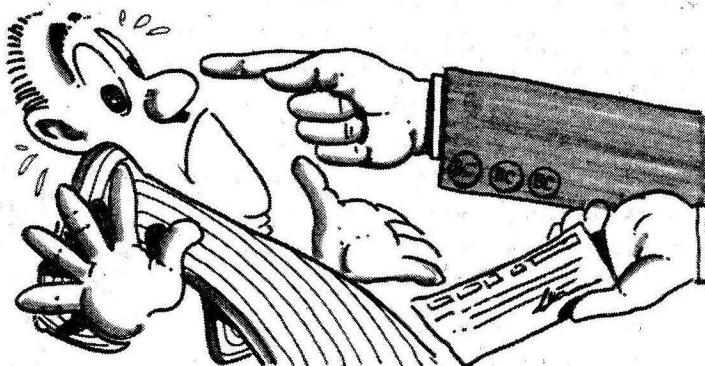


Conversão informal será combatida pelo Governo

SÃO PAULO — O Governo deverá anunciar, nos próximos dias, novas medidas para conter o processo de conversão informal de dívida externa, revelou ontem o Presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões. Segundo ele, a equipe econômica está preocupada com as distorções geradas pela conversão informal, que se têm refletido "na especulação desenfreada" no mercado paralelo do dólar.

No Rio, o Diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, afirmou que as empresas que resgatarem sua dívida externa com cruzados, passando pelo mercado paralelo de dólar, poderão ser impedidas de operar no mercado financeiro, além de pagar multa de até três vezes o valor negociado e uma sobretaxa no Imposto de Renda. As informações foram prestadas durante o sexto leilão de conversão da dívida externa em investimento.

Elmo Camões disse que a ideia básica é criar mecanismos que inibam as operações, estimadas pelo mercado financeiro



em cerca de US\$ 3,2 bilhões — três vezes mais do que a conversão de dívida externa através dos leilões.

A conversão informal consiste na venda, pela empresa ou banco credor, de um título da dívida brasileira a um intermediário, com base num deságio que hoje está em torno de 50%. O intermediário desconta o título junto ao devedor nacional, em cruzados, e os converte em dólares no mercado paralelo, para enviá-los a seguir ao credor.

Em junho, o Banco Central

anunciou uma série de normas para disciplinar a conversão informal, como a exigência de que o devedor que liquida o débito externo em cruzados identifique a quem está pagando, para em seguida depositar os recursos em conta bancária. Mas as medidas acabaram sendo ineficazes, pois imediatamente o mercado encontrou uma fórmula de burlar a legislação: o intermediário passou a remeter os cruzados para um país vizinho, como Uruguai, para lá serem convertidos em dólares.